As Operações da Fase IV: Onde as Guerras são Realmente Vencidas

Tenente-Coronel (Res) Conrad C. Crane, Exército dos EUA

Alguns trechos deste artigo foram adaptados de uma monografia escrita para o Instituto de Estudos Estratégicos por Conrad C. Crane e W. Andrew Terrill em 2003.[1]

OS EVENTOS no Iraque desde março de 2003 ressaltam a importância e a complexidade das operações durante a Fase IV de uma campanha — as atividades conduzidas após as decisivas operações de combate para estabilizar e reconstruir a área de operações. A Fase IV é freqüentemente descrita como operações pós-conflitos. Isso, porém, é uma expressão enganosa. A Fase IV geralmente começa logo que os combates da Fase III iniciam, sendo que as duas se sobrepõem. Além disso, como visto no Iraque, lutas significantes podem ainda ocorrer na Fase IV. Uma definição mais adequada seria "operações de transição", porque as forças militares tentam restabelecer a paz na área de operações e colocá-la sob controle de um governo civil.

No passado, os comandantes americanos frequentemente planejavam, nos mínimos detalhes, a Fase IV enquanto a Fase III ainda estava em progresso, como visto na Segunda Guerra Mundial. Porém, com os modernos conceitos de guerrear, tais como as operações rápidas e decisivas e os esquemas de manobra planejados para derrotar adversários rapidamente, tal enfoque já não é sábio nem exeqüível. Até o conceito de haver fases separadas em uma campanha deveria ser reavaliado porque o planejamento pode tornar-se restrito, achando que as ocorrências acontecerão uma após a outra. Essa rigidez pode atrapalhar a visão holística necessária para ligar efetivamente o combate ao cumprimento dos objetivos da política nacional.

O planejamento da Fase III e Fase IV deverá ocorrer simultaneamente e não sucessivamente. Isso é válido também para a execução. O treinamento deve ser conduzido dessa mesma forma. Conforme a conveniência, os exercícios de adestramento freqüentemente ignoram as operações da Fase IV ou as adiam até a conclusão das principais operações de combate. A vida real não é tão organizada nem tão simples.

Quando Gen John J. Yeosock assumiu o comando do III Exército dos EUA durante a Operação *Desert Storm*, ele não pôde valer-se do apoio das agências de assessoramento para estimar e planejar os problemas pós-conflitos, tais como camas hospitalares, prisioneiros e refúgios. Mais tarde, ele reclamou que lhe fora dado um "fardo pesado e indesejável" do qual ninguém queria ocupar-se.[2] Nem o Exército nem o Departamento de Defesa tinham um plano adequado de operações pós-guerra para reconstruir o Kuwait, e as agências civis estavam ainda mais despreparadas. A situação foi salva só pelas improvisações adaptadas pelos engenheiros do Exército, pessoal de assuntos civis, os esforços dedicados de voluntários do Kuwait e o Governo da Arábia Saudita.[3]

O III Exército foi o primeiro exército de campanha dos EUA a combater desde a Guerra da Coréia. Isso pode explicar algumas das deficiências no planejamento pós-guerra durante a Operação *Desert Storm*. Historicamente, o planejamento pós-guerra era uma função dos quartéis-gerais de escalões superiores aos corpos-de-exército. Todavia, os problemas mais recentes têm ocorrido geralmente nas intervenções americanas de pequena escala.

Pelo menos na última metade do século XX, os líderes e planejadores militares dos EUA enfocavam na conquista das guerras, não na manutenção da paz nem na reconstrução nacional que viriam posteriormente. O resultado insatisfatório da Guerra do Vietnã ampliou essa deficiência, como as Forças Singulares desenvolveram doutrinas, estruturas das forças e atitudes para lutar uma grande guerra convencional e para evitar outras experiências como o Vietnã.[4] Porém os objetivos nacionais

---

Os pontos de vista expressados neste artigo são aqueles do autor e não refletem necessariamente a posição do Departamento do Exército, do Departamento de Defesa nem de qualquer outro escritório ou agência dos EUA. —Nota da Editoria Brasileira

freqüentemente podem ser cumpridos somente depois de as lutas terminarem. Uma vitória operacional e tática pode transformar-se em uma derrota estratégica se as operações de transição forem mal-planejadas ou mal-executadas.

O aspecto irônico sobre as operações de Fase IV é que as Forças Armadas dos EUA gostariam de não se envolverem, preferindo entregá-las para outras agências governamentais ou para organizações internacionais, que, por sua vez, argumentam que essas tarefas de reconstrução nacional pertencem às suas esferas de responsabilidade. No entanto, há um entendimento universal de quem, idealmente, deve fazer a reconstrução nacional. A triste realidade histórica é que a maior instituição de reconstrução nacional é as Forças Armadas dos EUA, especialmente o Exército, desde que sejam motivadas e providas com os recursos necessários. As forças militares norte-americanas preferiam ganhar as guerras rapidamente e voltar para casa, mas os EUA raramente atingiram suas metas políticas de longo prazo depois de qualquer conflito sem uma presença militar americana para assegurar os resultados satisfatórios para a paz.

Ocupações Realizadas pelos EUA

Desde a sua formação, o Exército tem obtido muitas experiências com operações pós-conflitos ou de transição. Durante o século XIX, o Exército teve tais missões no México, no sul dos EUA após a guerra civil e também no oeste dos EUA. Geralmente, essas experiências foram extremamente desagradáveis, motivando os reformadores militares a enfocarem, no fim daquele século, a formação de uma instituição militar digna de uma grande potência e apta a vencer as principais guerras convencionais. Os reformadores concordavam com a filosofia do influente general e teórico prussiano Conte Helmuth von Moltke, o Velho, de que o papel principal das forças armadas modernas era concluir com sucesso as grandes operações de combate e se retirarem rapidamente, enquanto os diplomatas resolviam as conseqüências, uma vez que estes haviam levado a nação à guerra.

Desde o início do século XX, os EUA geralmente têm conduzido esforços bem-sucedidos na reconstrução de Cuba, Porto Rico, Filipinas, Alemanha, Itália, Japão, Áustria, Coréia do Sul, Panamá e Kuwait. Alguns dos sucessos resultaram de bons planejamentos, como na Segunda Guerra Mundial; outros vieram sem o planejamento devido, como no caso da Operação *Desert Storm*. Os fracassos notáveis ocorreram no Haiti, Nicarágua, Somália e Vietnã. As operações em andamento continuam no Afeganistão, Bósnia, Kosovo e Iraque. A história recente fornece vários exemplos úteis para ilustrar os desafios e as missões envolvidos nas operações pós-conflitos e de transição. Este artigo examina os conflitos de baixa intensidade e as percepções das guerras grandes.

O Panamá. As operações no Panamá que levaram à queda do regime do General Manuel Noriega foram elogiadas como o uso modelo de força militar rápida e decisiva dos EUA. As velozes operações de combate foram conduzidas admiravelmente em uma situação complexa (com terreno difícil, muitos cidadãos e normas de engajamento restringidas) que exigiam planejamento e execução combinado e difícil. O período da crise foi excepcionalmente longo, começando com revelações públicas sobre as atividades nefandas de Noriega em junho de 1987 e culminando com a Operação Just Cause em dezembro de 1989. O planejamento para a intervenção militar começou em fevereiro de 1988.5

Depois de Noriega ter anulado as eleições de maio de 1989, enviado bandidos paramilitares para assaltarem candidatos da oposição e também aumentado a perseguição a cidadãos americanos, os EUA conduziram a Operação *Nimrod Dancer,* que foi uma demonstração de força do Comando do Sul para manifestar a determinação dos EUA em convencer Noriega a modificar seu comportamento. Quando Noriega não correspondeu às expectativas, o Presidente George H.W. Bush determinou o desencadeamento da Operação *Just Cause*. Era um exemplo padrão do tipo das novas forças americanas e da sua doutrina. A operação abrangeu assaltos noturnos simultâneos contra 27 alvos.[6]

Devido ao enfoque na condução de uma operação de combate decisiva, e não de uma campanha completa, esse conflito de baixa intensidade teve conseqüências muito negativas. O planejamento para a fase pós-conflito — a Operação *Promote Liberty* — estava longe de ser concluído quando o curto período de hostilidades começou. As missões e responsabilidades eram vagas e os planejadores deixaram de considerar adequadamente os efeitos das operações de combate e da mudança de regime.[7] Embora a diretriz do Comando do Sul dos EUA para as missões pós-combate fosse bastante clara, os planejadores taticamente orientados do XVIII Corpo-de-Exército Aeroterrestre, encarregados da Força-Tarefa combinada (FT Cbn) que desempenhou a operação, deram pouca atenção às tarefas pós-conflito. O plano designou um único batalhão de polícia do exército para administrar um presídio, proteger todos os comboios, fornecer segurança para muitas das instalações principais e fazer as preparações para a restauração da lei e da ordem.[8] Embora o batalhão tivesse recebido uma área geográfica relativamente pequena, ficou sobrecarregado com responsabilidades em pouco tempo.

Com a eliminação da Força de Defesa do Panamá, a tarefa de restaurar a lei e a ordem exigiu muitos esforços. O caos predominava e o saque e o vandalismo espalharam-se pelo país. Tais ocorrências são comuns nas situações em que as forças de segurança nacional são removidas, deixando a instabilidade e a falta de segurança na sua ausência. As forças americanas lutaram para restaurar alguma aparência de ordem, mas os policiais do exército, treinados para missões de garantia da lei e da ordem, não

desempenharam bem as operações de combate, nas quais não estavam familiarizados, e foram numericamente inadequados para tratar com os problemas que enfrentaram.[9] Os policiais do exército também não puderam lidar com todos os prisioneiros de guerra pelos quais eram responsáveis. Da mesma forma, também não havia elementos de assuntos civis nem engenheiros suficientes para o esforço de reconstrução, o qual parece ser uma ocorrência comum nas operações de transição dos EUA. A maneira pela qual a Reserva do Exército dos EUA mobilizou seu pessoal foi lenta e desorganizada. Esse problema, dependente de voluntários, exacerbou as deficiências de pessoal. Também, a cooperação político-militar entre as agências era ruim; muitos desses órgãos foram excluídos do planejamento feito pelo Departamento de Defesa e a embaixada não estava preenchida suficientemente.[10]

Os comandantes dos escalões superiores admitiram posteriormente que eles descuidaram-se do planejamento das operações pós-conflito e que esperavam que o Exército melhorasse essa situação no futuro.[11] Apesar dessas deficiências, o Grupo de Apoio Militar dos EUA, ativado em janeiro de 1990 para apoiar o crescimento de instituições panamenhas independentes, foi desativado após apenas um ano, deixando o país muito mais estável. Ainda não está claro se o mérito disso coube ao Grupo de Apoio Militar dos EUA ou aos líderes panamenhos.[12]

O Haiti. Semelhante à situação do Panamá, a operação no Haiti foi um outro conflito de baixa intensidade em reação a uma crise longa que se iniciara com um golpe militar, liderado pelo General Raoul Cedras, depondo o Presidente Jean-Bertrande Aristide em setembro de 1991. Em 1° de abril de 1993, a junta de chefes de estado-maior enviou a primeira ordem de alerta para o Comandante em Chefe do Comando do Atlântico dos EUA (agora o Comando da Força Combinada) para iniciar o planejamento das operações de contingência no Haiti. O planejamento para a intervenção ativa intensificou-se em outubro daquele ano, depois que manifestantes armados impediram a entrada de um navio de mantenedores de paz da ONU.

Durante o ano seguinte, a pressão internacional sobre os líderes militares do Haiti aumentou e foi até intensificada pelas preparações dos EUA para uma invasão. Em setembro de 1994, o governo do Haiti recolocou Aristide no poder porque sabia que helicópteros do Exército dos EUA, soldados da 10ª Divisão de Montanha embarcados no navio *USS Eisenhower* e elementos de 82ª Divisão Aeroterrestre deslocavam-se para o país.[13] De fato, Cedras não começou a negociar seriamente com a delegação diplomática americana até confirmar que o contingente da 82ª Divisão de Aeroterrestre partira dos EUA. O desdobramento dessa força muito superior na fase inicial da ocupação, bem como a aparência e o comportamento profissionais e disciplinados dos soldados americanos nas operações contínuas muito contribuíram para deter e controlar as ações dos potenciais causadores de problemas.[14]

Iniciar as ocupações com uma presença terrestre forte e onipresente para controlar e intimidar os saqueadores e deter a resistência potencial é sempre a melhor linha-de-ação, mas isso não ocorreu no Iraque em 2003. Até o embaixador J. Paul Bremer concedeu que "nunca havia tropas suficientes no terreno" para controlar adequadamente o ambiente pós-guerra.[15]

O longo tempo decorrido entre o início da crise haitiana e a própria intervenção militar, combinado com as lições aprendidas durante operações como aquelas no Panamá e na Somália, facilitaram imensamente o planejamento para a Operação *Uphold Democracy*. O Comando do Atlântico dos EUA preparou planos operacionais para a invasão com ou sem a resistência do inimigo, enquanto o Departamento de Defesa conduzia coordenação intensiva entre as agências.[16] O Grupo do Departamento de Defesa, encarregado do Planejamento para o Haiti, com a assistência de outras agências do governo, preparou uma lista detalhada de procedimentos a serem executados para assegurar a restauração dos serviços essenciais.

Pelo menos na última metade do século XX, os líderes e planejadores militares dos EUA enfocavam na conquista das guerras, não na manutenção da paz nem na reconstrução nacional que viriam posteriormente. O resultado insatisfatório da Guerra do Vietnã ampliou essa deficiência, como as Forças Singulares desenvolveram doutrinas, estruturas das forças e atitudes para lutar uma grande guerra convencional e para evitar outras experiências como o Vietnã.

A Agência para o Desenvolvimento Internacional dos EUA (*U.S. Agency for International Development — USAID*), com o apoio do Departamento de Defesa (principalmente das unidades do Exército), estava encarregada de liderar todas as áreas funcionais. Essa agência era responsável por:

- restabelecer a administração pública;
- conduzir as eleições;
- restaurar os serviços de informações;
- assistir o Departamento de Justiça para estabelecer e desenvolver uma força policial;
- preparar e responder aos desastres;
- gerenciar os aeroportos e
- cuidar dos refúgios.

As principais responsabilidades das unidades militares eram:

- estabelecer as medidas de segurança, tais com a disposição de munição explosiva;

- proteger os residentes estrangeiros e
- desmobilizar os grupos paramilitares.

Essas foram, na maior parte, funções do Exército, que forneceu 96% das forças militares desdobradas.[17]

O desejo dos líderes militares de evitar envolvimento nas missões de reconstrução nacional, tais como aquelas que resultaram em tantos problemas na Somália, afetaram esses planos e sua execução. Os advogados do Exército se opuseram a considerar os pedidos como sendo humanitários, classificando-os como "relacionados à missão" ou "de reconstrução nacional". Os advogados aprovaram os pedidos que encaixassem na primeira categoria e negaram aqueles da segunda. As unidades médicas enfocaram o apoio da Força-Tarefa combinada, não na área de assistência humanitária, porque os líderes americanos não queriam substituir as instalações médicas do país. Essa relutância em adotar a manutenção de paz ou a reconstrução nacional teve o seu mais lamentável resultado em 20 de setembro de 1994 quando as restritivas regras de engajamento proibiam as forças americanas de intervirem quando policiais haitianos mataram dois agitadores. No dia seguinte, as autoridades militares americanas ampliaram as regras de engajamento, permitindo mais envolvimento militar na restauração e manutenção da lei e da ordem.[18]

Tal aumento de missão deveria ser esperado, podendo ocorrer em todos os envolvimentos americanos nas operações complexas de Fase IV. Uma ampliação semelhante dos papéis e missões do Exército ocorreu em quase todos os outros esforços de restauração no Haiti. Os advogados, racionalizando que toda ação realizada pelos americanos diminuíram os riscos de segurança, começaram a aprovar e classificar tais esforços como "relacionados à missão". Como as outras agências do governo eram lentas para chegar à área de operações e estabelecer seus meios, suas responsabilidades foram assumidas pelas Forças Armadas. Outros departamentos não tinham feito o planejamento detalhado como aquele do Departamento de Defesa, freqüentemente querendo mais apoio do que o Departamento de Defesa tinha programado fornecer.[19]

Quando o embaixador dos EUA no Haiti pediu assessores militares para auxiliarem os ministérios governamentais a se estabelecerem até que os esforços da Agência para Desenvolvimento Internacional dos EUA e o Departamento de Estado pudessem ser instalados, uma equipe da 358ª Brigada de Assuntos Civis desdobrou prontamente "a primeira implementação de um esforço de administração civil de grande escala desde a Segunda Guerra Mundial".[20] O escopo e o ritmo das missões de assuntos civis evoluíram tão rapidamente que ameaçaram ficar fora de controle, aumentando o receio de que tais ações reforçariam as expectativas dos haitianos de que as forças americanas poderiam solucionar todos os problemas da nação, levando o povo a uma posição na qual eles ficariam gravemente desapontados mais tarde.[21]

O aumento das missões militares causou muitos outros problemas, até porque as unidades de assuntos civis são organicamente pequenas e exigem apoio considerável de outras organizações. O planejamento, equipamento e pessoal de engenharia eram inadequados para seus projetos de reconstrução e de assuntos civis. Os soldados tinham de desenvolver novas políticas e procedimentos para auxiliar no estabelecimento das forças de segurança internas e aplicar os recursos financeiros obedecendo aos princípios legais previstos no Código Americano, Título 10 (*U.S. Code, Title 10*).[22] Os soldados tiveram suas tarefas ampliadas para a manutenção da lei e da ordem, incluindo o guarnecimento e a operação de presídios e o desenvolvimento de técnicas de controle de multidões. Havia falta de itens como latrinas e uniformes policiais. As doutrinas e pessoal não estavam disponíveis para o estabelecimento de ligações adequadas com as várias organizações civis que trabalhavam no país. Os meios de inteligência estavam sobrecarregados e a força no Haiti dependia da inteligência nacional ou a do teatro de operações para compensar pelas deficiências.[23]

As forças armadas em geral, e o Exército em particular, receberam muitos elogios pelo seu desempenho no Haiti. Ainda assim, quando as últimas tropas americanas saíram da ilha em abril de 1996, a situação piorou, atingindo condições semelhantes às existentes nos primeiros anos da década de 90. Sem um envolvimento militar de longo prazo, a maioria das metas políticas dos EUA não foi atingida. As agências civis que substituíram as forças militares não tinham os mesmos recursos disponíveis. A economia, os líderes políticos e o sistema judicial haitianos impediram as reformas.

Oficiais dos EUA denunciaram os resultados das eleições subseqüentes e admitiram os fracassos das suas próprias políticas O próprio Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, recomendou não prorrogar a missão no Haiti.[24] Uma lição importante aprendida dessa experiência frustrante é que os EUA devem basear os desdobramentos de suas forças militares no cumprimento das metas estabelecidas e não limitá-los a períodos de tempo predeterminados. Uma outra lição é que as agências civis que substituem as forças militares deverão ser capazes de manter as realizações feitas e cumprir as novas tarefas.

Os Bálcãs. O Exército Americano tem assumido seus usuais e pesados encargos pós-conflitos, exigindo a permanência de milhares de tropas na Bósnia e no Kosovo, sem previsão de retirada a curto prazo.[25] As operações americanas atuais nos Bálcãs mostram como as exigências de força e missão mudam durante a fase de transição. Dezoito meses depois do acordo entre a OTAN e o Exército Iugoslavo com respeito ao Kosovo, as tropas do Exército dos EUA ainda estavam engajadas com "manutenção de paz com um punho de ferro" para estabelecer um ambiente protegido e seguro sob as leis, com patrulhas reforçadas com viaturas

blindadas e presídios para controlar os desordeiros. Os sistemas de justiça da ONU e da OTAN têm sido criticados severamente, e uma equipe de avaliação da Procuradoria Geral da Justiça Militar constatou que a missão da ONU no Kosovo estava muito deficiente em instalações e em pessoal. Para concertar essa deficiência, recomendou que equipes de 15 advogados do Exército percorressem o país para reforçar o esforço da ONU. O povo impaciente do Kosovo se ressente que a ONU não parece ter avançado na transição para o controle local.[26]

Devido aos esforços na Bósnia estarem mais avançados e o ambiente mais seguro e pacífico, as forças-tarefas dos EUA passaram a ser mais leves e sua missão foi alterada de "fornecimento de segurança" para "aumento da estabilização a longo prazo". No final de 1997, a Força de Estabilização percebeu que havia uma disparidade entre a capacidade das forças armadas para cumprirem as tarefas do Acordo de Estruturação Geral para Paz e a capacidade inferior de seus contrapartes civis de implementá-las. A Força de Estabilização percebeu que não podia desengajar enquanto ainda existisse essa lacuna. Por isso, ampliou sua missão para ajudar as organizações internacionais a estabelecerem as condições para o programa civil do Acordo de Estruturação Geral para Paz, auxiliando-as a transformar a área de operações em um ambiente estável. Os líderes militares dos EUA na área reconheceram que estavam passando a realizar tarefas de reconstrução nacional, mas não viram alternativas para o processo de paz caso a Força de Estabilização se retirasse ou reduzisse significantemente sua presença.[27]

A natureza das operações de estabilização e apoio na Bósnia também evoluiu simultaneamente com as exigências da força de manutenção da paz. A força precisava de menos tropas combatentes e mais pessoal de assuntos civis, policiais do exército e engenheiros. As exigências de inteligência mudaram e ampliaram, e as análises pós-ação ressaltaram muitas deficiências na estrutura da força e da política de manutenção da paz na Bósnia, muitas delas usuais nos conflitos de baixa intensidade anteriores. Os advogados do Exército uma vez mais provaram ser aptos a "pensar fora das regras e aplicações tradicionais" para apoiar as exigências operacionais.[28] O papel da polícia do exército foi ampliado, incluindo seu emprego em forças-tarefas de batalhão de manobras e o trabalho com agências internacionais de segurança pública, mas as dificuldades no nível tático, com os policiais do exército tentando cumprir as missões de garantia da lei e ordem reapareceram.[29]

Também ressurgiram os problemas com escassez de voluntários e a falta de procedimentos de convocação para retornar ao serviço pelos componentes da reserva de engenheiros, inteligência militar e assuntos civis.[30] As grandes exigências de engenharia para as operações *Joint Endeavor* e *Joint Guard* destacaram as deficiências dos elementos de comando e controle, e de unidades de construção e pontes.[31] Um sistema logístico com várias fontes de abastecimento tentando cumprir as exigências nos Bálcãs e na Região Central da Europa requereu um aumento considerável, mas ainda sobrecarregou as unidades de apoio ao combate e apoio logístico.[32]

Havia muita procura de oficiais de ligação para serem observadores das Forças Armadas Combinadas e para coordenarem as numerosas organizações não-governamentais e agências civis.[33] Havia uma grande falta de lingüistas em todo o teatro de operações, exacerbando os problemas com a inteligência. A doutrina de inteligência militar era inadequada para apoiar as operações de paz. As unidades de inteligência não tinham o número de elementos suficientemente preenchidos e tinham que se adaptar o melhor possível para uma complexa situação multisserviço, multiagência e multinacional, agravada por uma variedade de exigências dos tratados com os países hospedeiros.[34] Um estudo da Comissão de Ciência de Defesa também concluiu que as operações nos Bálcãs revelaram muitas deficiências nas operações psicológicas, especialmente no planejamento e no fornecimento de recursos para apoiar os comandantes combatentes em suas atividades de engajamento e pós-conflito.[35]

O aspecto irônico sobre as operações de Fase IV é que as Forças Armadas dos EUA gostariam de não se envolverem, preferindo entregá-las para outras agências governamentais ou para organizações internacionais, que, por sua vez, argumentam que essas tarefas de reconstrução nacional pertencem às suas esferas de responsabilidade.

Mesmo com todos esses problemas, as unidades na Bósnia continuaram a realizar excelentes tarefas. Apesar de tudo, as falhas no Acordo de Estruturação Geral para a Paz permanecem devido à incapacidade da ONU em coordenar e dirigir as agências civis. As eleições recentes foram dominadas por tendências políticas divergentes, as quais demonstraram o progresso limitado na mudança de atitudes do povo.[36] Contudo, mesmo que os líderes militares americanos possam reclamar da permanência de tropas nos Bálcãs, uma certa estabilidade à região tem sido assegurada pelo fato de que as decisões sobre os desdobramentos são baseadas no cumprimento das metas estabelecidas e não limitadas a um período de tempo predeterminado.

As Filipinas. Depois da Guerra Hispano-Americana, os EUA iniciaram a longa ocupação das Ilhas Filipinas que durou até os filipinos obterem a sua independência em 1946. Essa transição prolongada não é comum nas ocupações efetuadas pelos EUA. Os ensinamentos mais

úteis podem ser colhidos ao estudar os primeiros anos quando as forças dos EUA tentaram subjugar a resistência e estabelecer o controle.

A experiência do Exército nas Filipinas reforça a idéia de que "as operações pós-conflitos" é um termo impróprio. Para ter êxito, tais ações deverão começar antes dos disparos acabarem, sendo conduzidas simultaneamente com o combate. O planejamento deverá estar concluído antes de o conflito iniciar, para que as forças militares possam começar a cumprir imediatamente as tarefas de transição nas áreas recém controladas. Todo soldado deverá aceitar tarefas que são tipicamente consideradas dentro dos limites dos destacamentos de assuntos civis. Nunca haverá tropas de assuntos civis em número suficiente para atender todas as tarefas necessárias, que terão que ser cumpridas por todos os participantes do conflito. Até no meio do combate, os líderes e seus soldados deverão lembrar-se das metas, de longo prazo, para a paz e estabilidade, e se comportar de acordo.[37]

Nas Filipinas, fontes civis e militares reconheceram que o líder militar no terreno era o melhor agente para a pacificação local. Era necessário uma considerável descentralização nas situações onde as atitudes e características do vilarejo variavam muito. Os oficiais eram bastante discretos e não eram supervisados com atenção, embora também tivessem diretrizes claras dos quartéis-gerais de escalões superiores.

A necessidade de familiarização com o local significava que o Exército não podia substituir os soldados freqüentemente. Os relacionamentos pessoais são importantes nas sociedades de vilarejos e consomem bastante tempo e esforço para serem estabelecidos. Até mesmo os turnos de um ano em uma sociedade tribal como no Iraque são provavelmente curtos demais. Nas Filipinas, o Exército tinha que conviver com um declínio na eficiência das unidades de combate para mantê-las por mais tempo no terreno. As tropas de ocupação tinham que estar cientes das culturas nas áreas que ocupavam e não tentar impor os valores americanos. O conhecimento do Corão e costumes locais eram importantes para todos. O então capitão John J. Pershing passava horas conversando com Imãs locais sobre a religião. O conhecimento da importância das relações pessoais não diminui a exigência de alcançar o equilíbrio certo entre a força e a moderação, mas as tropas deverão considerar as conseqüências de longo prazo para cada ação. A inclinação do General Leonard Wood para incursões punitivas em resposta a pequenos incidentes, tais como roubos, intimidou muitos chefes dos moros (muçulmanos residentes das Filipinas). Porém ao fazer isso, ele arruinou muitos relacionamentos e alianças construídos cuidadosamente pelos comandantes locais. Ao invés de diminuir os distúrbios pequenos, as expedições de Wood frequentemente criaram problemas maiores, levando os aldeões pacificados ou neutros a se juntarem aos mais rebeldes, dificultando a tarefa de seus subordinados de conquistar a confiança local.[38]

A Alemanha. Os EUA ocuparam a Alemanha duas vezes no último século. Quando a Primeira Guerra Mundial terminou, mais de 200.000 soldados americanos deslocaram-se para as posições ao redor de Coblenz e se prepararam para a possibilidade de os alemães não assinarem o Tratado de Paz de Versailles. Em 1919, quando os alemães concordaram em assinar, a força de ocupação diminuiu rapidamente. No fim de 1922, apenas 1.200 tropas americanas permaneceram no país.[39] Embora a maioria da responsabilidade pela ocupação e pela mudança do regime pertencesse aos governos aliados, as tropas americanas foram encarregadas de um milhão de civis. Após a Guerra do México, da Guerra Civil ou da Guerra Hispano-Americana, o Exército e o Governo dos EUA não aceitaram a administração do governo civil em um território inimigo ocupado como sendo uma legítima função militar. O oficial de assuntos civis para o governo militar dos EUA na Renânia lamentou que o Exército de Ocupação dos EUA estivesse sem o treinamento e a organização necessários para desempenhar suas missões.[40]

À medida que a Segunda Guerra Mundial se aproximava, os comitês da Escola Superior de Guerra do Exército analisaram os relatórios da Primeira Guerra Mundial e desenvolveram doutrinas formais para governos militares. Na primavera de 1942, uma Escola de Governo Militar foi estabelecida na Universidade de Virgínia, onde surgiu o pensamento da reconstrução pós-guerra do Japão, Alemanha e Itália.[41]

Quando a Alemanha se rendeu em maio de 1945, os aliados já haviam planejado detalhadamente a ocupação daquela nação por dois anos. Todos os integrantes dos estado-maiores no Quartel-Geral Supremo, das Forças Expedicionárias Aliadas e dos quartéis-gerais do Grupo de Exército tinham investido recursos consideráveis no desenvolvimento do que se tornou a Operação *Eclipse*. O plano previu corretamente a maioria das tarefas exigidas das unidades que ocuparam o país derrotado. Dentro de três meses, esses grupos tinham desarmado e desmobilizado as Forças Armadas alemães, administrado e repatriado 4 milhões de prisioneiros de guerra e refugiados, restaurado os serviços básicos em muitas das cidades devastadas; descoberto e suprimido uma revolta potencial, criado governos eficientes e restabelecido os tribunais e as forças policiais.[42]

Antes de qualquer exército aliado ter entrado na Alemanha, os planejadores tinham designado unidades de governo militar para seguir logo após as forças combatentes. O primeiro destacamento de assuntos civis se estabeleceu em Roetgen, Alemanha, em 15 de setembro de 1944, apenas 4 dias após as tropas americanas terem entrado na Alemanha. Uma vez que o Terceiro Reich se rendeu, pequenos destacamentos móveis foram imediata-

mente para cada cidade da zona de ocupação dos EUA. Tipicamente, os comandantes das unidades apresentaram aos prefeitos um número de exigências (uma lista de soldados locais e membros do partido, o recolhimento de todas as armas militares e civis e o alojamento para as tropas americanas). Os líderes dos destacamentos também impuseram horários de recolher, imobilizaram a população e tinham autoridade para substituir os prefeitos que não cooperassem.[43]

O regime na Alemanha mudou radicalmente. Através da história, esse tem sido o melhor método para a reconstrução das nações. As eleições locais e as câmaras municipais foram permitidas, e a responsabilidade foi transferida para autoridades locais tão logo possível. A seguir foi feito o mesmo no nível estadual. Quando a máquina administrativa estadual foi normalizada, passou-se para o nível nacional, com as eleições em todo o país. A vida política foi controlada rigidamente para evitar o ressurgimento do radicalismo, embora as pesquisas de opinião pública fossem conduzidas quase semanalmente para monitorar o que o povo alemão achava sobre as políticas de ocupação. Também os nazistas corromperam o sistema judicial da Alemanha, e cada nação aliada ocupante resolveu esse problema diferentemente. Os ingleses empregaram muitos advogados e juízes que anteriormente eram nazistas, enquanto os americanos tentaram reformar todo o sistema — um processo lento. A melhor solução provavelmente foi a dos soviéticos; eles encontraram pessoas bem instruídas e educadas, politicamente leais e forneceram-lhes seis semanas de treinamento jurídico. Em pouco tempo, esses juízes amadores conseguiram fazer os tribunais civil e criminal funcionarem.[44]

Um dos problemas mais complicados para as autoridades de ocupação era como desmantelar o Partido Nazista e seu sistema de segurança, retendo, ao mesmo tempo, a capacidade profissional de alguns dos seus membros mais importantes. A solução foi mandar os alemães adultos preencherem questionários detalhados sobre suas associações. As pessoas que mentiram ou não respondiam às perguntas receberam multas pesadas. Um conselho de alemães antinazistas e representantes aliados analisou os questionários para determinar quem deveria manter as posições de liderança e quem deveria ter suas atividades políticas e econômicas reduzidas pelas autoridades de ocupação. Quando essas pessoas reconquistaram os seus direitos, os alemães democráticos estabeleceram-se tão firmemente que um ressurgimento nazista tornou-se impossível.[45] Esse enfoque também permitiu às autoridades de ocupação liberarem alguns administradores e técnicos para permanecerem nas suas posições, junto de alguns elementos das forças de segurança para auxiliar na reconstrução. A maioria dos críticos concorda que o erro mais grave ocorrido na ocupação inicial do Iraque foi a desmobilização total do seu Exército e a expulsão extensiva e indiscriminada dos membros do partido ba'athista.[46]

O Japão. Em 1945, a força de ocupação do Japão, um país bem menor que o Iraque, incluiu quase 23 divisões, com mais de 500.000 homens. Por causa da incerteza de como as forças da ocupação seriam recebidas, o General Douglas MacArthur decidiu que uma força muito superior seria a melhor garantia contra a intranqüilidade. A maioria das forças terrestres era constituída por soldados americanos, embora outros aliados, como as unidades inglesas e australianas fossem empregadas em algumas áreas suscetíveis em Hiroshima.[47]

Embora as deliberações interdepartamentais sobre a ocupação do Japão tivessem ocorrido em Washington, D.C., desde o ataque a Pearl Harbor, o planejamento real para a Operação *Blacklist* no Pacífico não começou até maio de 1945.[48] Num período de dois anos: a maioria dos soldados japoneses foi desarmada e repatriada (exceto aqueles das áreas controladas pelos soviéticos); foi elaborada uma lista dos cidadãos cujos direitos políticos foram caçados; foram restaurados os serviços básicos e implementados os programas de reforma policial; foi reorganizada a economia, iniciada a reforma agrária e adotada uma nova constituição democrata, tendo o país renunciado a guerra como um instrumento de política nacional.[49]

O Exército está organizando um grupo de líderes com experiência no Haiti, no Afeganistão, nos Bálcãs e no Iraque. Eles entendem a importância das operações de Fase IV para cumprir os objetivos de política nacional. As forças terrestres quase sempre serão as responsáveis pela maioria das missões militares nestas situações. O Exército dos EUA foi organizado e treinado essencialmente para lutar e vencer as grandes guerras da Nação, mas também deve se preparar para a vitória na paz.

Em outubro de 2002, surgiram relatos de que a administração do Presidente George W. Bush estava avaliando a ocupação do Japão como um modelo para alcançar a democratização e desmobilização do Iraque, mas a administração rapidamente retirou-se dessa posição. Muitos peritos têm ressaltado as diferenças importantes entre os cenários. Os japoneses renderam-se incondicionalmente depois da derrota total e o mundo inteiro reconheceu a legalidade e a necessidade da ocupação aliada. Milhões de pessoas morreram, cidades viraram cinza e a população foi destituída e desmoralizada. Sua cultura, mais homogeneizada do que aquela no Iraque, não tinha divisões étnicas, tribais e religiosas, e os japoneses estavam condicionados

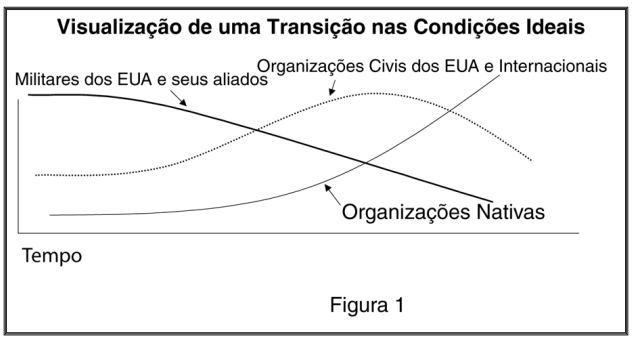

Figura 1

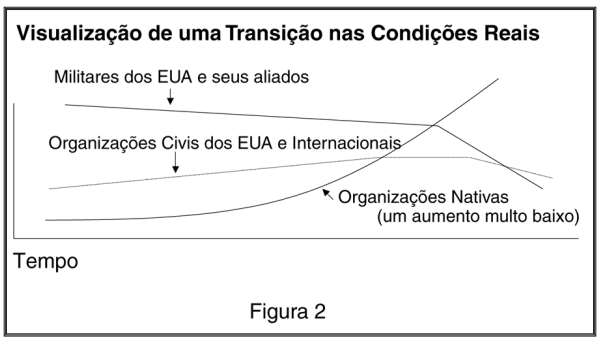

Figura 2

a obedecer ao mandato do imperador para aceitar a derrota e submeter-se aos conquistadores. Também conheciam uma democracia limitada, embora se possa argumentar que o Iraque teve algumas experiências semelhantes no início do último século. Outra diferença principal é que o Iraque é muito mais rico em recursos naturais do que o Japão, o qual fornece muitas oportunidades para os poderes de ocupação.[50]

No entanto, a Operação *Blacklist* oferece um discernimento útil sobre a purgação dos indesejáveis elementos políticos e em como planejar a inserção de forças militares quando a possibilidade de resistência armada permanece ambígua. As semelhanças também existem entre como os americanos vêem os japoneses em 1945 e como muitos percebem os iraquianos hoje — como uma cultura totalmente estrangeira e não-ocidental.

John Dower, historiador renomado da ocupação do Japão, concorda firmemente que o Japão não é um modelo útil para o Iraque. Seu aviso importante é que os líderes políticos devem prestar atenção à advertência óbvia que "até sob circunstâncias que se tornaram favoráveis, a desmilitarização e a democratização foram desafios monstruosos".[51]

Observações Adicionais

Outras observações também devem ser enfatizadas. Por exemplo, o planejamento detalhado de longo prazo entre as agências para a ocupação é importante e pode melhorar consideravelmente a transição. O estado-maior de MacArthur conseguiu planejar a Operação *Blacklist* em pouco mais de três meses, mas a análise para tal tipo de operação vinha sendo realizada durante muitos anos. Ele devotou muito dos meios do seu estado-maior para criar o plano, cuja execução exigiu pouca coordenação entre as agências. O estado-maior do Comando do Extremo Oriente fez muitos ajustes improvisados nos primeiros anos da ocupação.

A abordagem ideal para a ocupação é exemplificada pelo planejamento entre as agências para as operações no Haiti que produziu antecipadamente uma lista detalhada de tarefas pós-crise e das responsabilidades. Aquela operação fracassou, quando as forças armadas saíram, porque as agências civis foram incapazes de cumprir a missão devido à inadequação dos recursos e ao aumento das expectativas.

A aversão dos EUA à reconstrução nacional, reforçada pelo fracasso no Vietnã constitui-se no principal problema das deficiências das capacidades, recursos e compromissos pós-conflitos. Os líderes dos EUA deverão aceitar a missão de reconstrução nacional como parte essencial da segurança nacional, e deverão melhor organizar e financiar os serviços militares e as organizações governamentais civis para cumprirem a missão.

No passado, nenhuma parte da Fase IV foi mais problemática para as forças militares americanas do que a transferência para as agências civis. Idealmente, a alocação do esforço e a mudança de responsabilidades devem progredir como mostradas na Figura 1, mas na realidade, normalmente parece mais como na Figura 2, onde a entrega é direta ao governo local.[52]

Um número de possíveis soluções estruturais está disponível para que o Exército melhore o seu desempenho nas operações de Fase IV. Essas abrangem desde as "reorganizações internas" até a "dependência de mais agências civis".

A formação de unidades especializadas em manutenção da paz. Alguns especialistas têm recomendado que o Exército estabeleça unidades policiais direcionadas exclusivamente para as operações de paz. Embora isso traga certas vantagens relativas à instrução e à organização, é uma idéia ruim por várias razões. No princípio da Fase IV, a capacidade para travar combates intensos ainda é essencial e nenhum progresso é possível sem a paz e a segurança. O valor dissuasivo convencional do relativamente pequeno exército atual será reduzido significantemente, caso seja percebido que algumas unidades têm capacidade limitada para as operações ofensivas ou defensivas; a não ser que essas unidades policiais sejam um acréscimo à estrutura da força existente. Tais unidades serão também de utilização secundária para atendimento das exigências da atual estratégia militar nacional com risco aceitável.

Se criadas como novas organizações ou transformadas de outras já existentes, essas unidades especializadas provavelmente seriam inadequadas para cumprir as missões

que lhes serão exigidas. As projeções do Centro de Análise do Exército, baseadas em informações da década de 90, previram que os EUA enfrentarão de 25 a 30 conflitos de baixa intensidade em andamento cada mês, e isso sem considerar o aumento do ritmo operacional causado pela Guerra Global Contra o Terrorismo.[53] Uma alternativa para esse enfoque seria reestruturar as unidades da Reserva do Exército e da Guarda Nacional do Exército para desempenharem as funções da fase de transição. Depois de que as unidades de combate do componente ativo tiverem tempo para fornecer um ambiente seguro, estará assegurado o desdobramento das forças da Reserva do Exército e da Guarda Nacional. O desempenho dessas unidades nos Bálcãs recebeu comentários favoráveis de muitos administradores civis que gostaram do novo e diferente enfoque que elas trazem às operações da fase IV. Para evitar desdobramentos excessivos, no entanto, deve haver muitas dessas unidades. As mesmas atitudes que agradaram os observadores civis levarão o Exército a realizar mais tarefas de reconstrução nacional.

Criação de unidades de múltiplas utilizações. A criação de mais unidades de múltiplas utilizações é oportuna, devido às realidades que o Exército enfrenta. As iniciativas da Transformação do Exército são relevantes para esta solução. As novas brigadas de tamanho médio manterão suas capacidades blindadas e terão mais infantaria. Receberão meios adicionais de inteligência e serão mais móveis e versáteis. O Exército também deveria investir em tecnologias de utilização variada, tais como plataformas apropriadas tanto para receber armas pesadas de combate quanto para transportar abastecimentos para missões de assistência humanitária. Contudo, essa solução exigirá mais do que apenas novas organizações ou tecnologia. Terá que haver um reconhecimento e aceitação pelo Exército inteiro da probabilidade e da importância das operações de Fase IV e a compreensão de que essas missões exigem mentalidade e adestramento diferentes das operações de combate decisivo. As escolas do Exército, em todos os níveis, terão que preparar os soldados para melhor alcançarem esses objetivos, e conseqüentemente as unidades terão que adaptar as listas de tarefas essenciais para missões.

Aumento da estrutura de apoio ao combate e de apoio logístico. Um tema comum encontrado nas análises pós-ação e nas observações de administradores civis e de análises de exercícios é que o Exército tem deficiências graves na prestação de apoio ao combate e de apoio logístico exigido para a Fase IV. Algumas dessas deficiências resultam do fato de haver elementos do Componente da Reserva do Exército como forças de acompanhamento no movimento normal das forças. Outras deficiências são causadas pelos prolongados desdobramentos, aos quais o Componente da Reserva não está acostumado. Em outros casos, a força não existe em lugar nenhum, às vezes devido à falta de experiência histórica ou de dados confiáveis para determinar os requisitos, como observado na falta de meios de polícia do exército para realizar as tarefas relacionadas a prisioneiros de guerra e refugiados. O complicado ambiente multinacional e multiagência da Fase IV também criou uma variedade de novas exigências não previstas pelos planejadores acostumados às operações de combate.

Adestrar e equipar as unidades de apoio ao combate e de apoio logístico para serem versáteis superaria algumas deficiências, mas a maioria das soluções para esse problema não é tão fácil. Para aumentar eficazmente o pessoal e os meios de apoio ao combate e de apoio logístico disponíveis, o Exército teria que investir na estrutura da força e fornecer mais meios do componente da ativa para as tarefas do teatro de operações ou dos escalões superiores a corpo-de-exército. O Estudo de Defesa de 2005 para o Planejamento e Direção do Emprego dos Componentes da Reserva para os anos fiscais de 2000 a 2005 constatou que para conduzir operações durante 60 dias, sem acréscimo de componentes das reservas, o Exército precisaria de mais 230 unidades de apoio ao combate e de apoio logístico.[54] A lista, a qual abrange muitas das recentes deficiências expostas nas análises pós-ação, seria um bom ponto de partida para se determinar o aumento das necessidades. As operações em andamento na Guerra Global Contra o Terrorismo revelam ainda mais a falta de apoio ao combate e de apoio logístico.

Alguns especialistas têm recomendado que o Exército estabeleça unidades policiais direcionadas exclusivamente para as operações de paz. Embora isso traga certas vantagens relativas à instrução e à organização, é uma idéia ruim por várias razões.

Fortalecer as agências civis. Embora o reforço das agências civis não seja uma ação que o Exército possa fazer diretamente, essa solução é freqüentemente oferecida por aqueles que acreditam que as forças armadas não devam se envolver na reconstrução nacional e também pelos secretários e oficiais dos vários departamentos militares que advogam os papéis de suas organizações. De qualquer modo, os EUA devem adotar essa solução, e as Forças Armadas devem apoiá-la, embora isso possa conduzir a cortes no orçamento do Departamento de Defesa. Porém a Fase IV não poderá ser realizada sem o estabelecimento de um ambiente seguro no terreno, que só as forças armadas, principalmente o Exército, podem manter.

Em qualquer Fase IV, a falta de capacidade de reação rápida das agências civis, assim como os problemas para coordená-las, asseguram que as forças armadas assumirão

a maioria das tarefas essenciais para reconstrução e reorganização de um país abalado ou destruído por uma guerra prolongada. Como exemplo, um representante do Departamento de Justiça especializado em organizar forças policiais disse que até com as verbas suficientes e um firme compromisso, leva-se pelo menos 9 meses para se obter uma força viável. Experiências recentes mostram que essa é uma estimativa otimista.[55] A implicação para o Exército é que nenhuma redução das demandas de reconstrução e assistência nacional nas operações de Fase IV são previsíveis. A contratação de serviços de empresas particulares pode aliviar um pouco essa carga, mas tal atividade despertou a atenção do Escritório Geral de Contabilidade por seu custo e ineficiência. Elas sofrem as mesmas limitações que as operações de outras agências civis.[56]

Recentemente, o Vice-secretário de Defesa de Pessoal, David Chu, disse que para evitar as guerras futuras, as Forças Armadas dos EUA têm que continuar a fazer as tarefas de reconstrução nacional, e seus líderes precisam aceitar o fato de que soldados, marinheiros, fuzileiros navais e soldados da força aérea acreditem que é uma missão importante.[57] As estórias da campanha sustentam essa afirmação. Alguns soldados entrevistados no Kosovo expressaram enfaticamente seu apoio para a reconstrução nacional. Um disse, "Com cada vidraça trocada em uma janela, com cada porta instalada ajudamos esse povo a recomeçar suas vidas."[58] Ele também descreveu a importância de cuidar de um braço quebrado de uma criança e de dar cobertores para uma senhora agasalhar seus filhos, e concluiu que "com cada cidade que ajudamos, ajudamos o fortalecimento da nação." A administração do Presidente Bush inicialmente expressou relutância para empregar as Forças Armadas dos EUA na reconstrução nacional, mas a história recente mostra que isso acontecerá de qualquer forma. Estar preparado para conduzir tais operações evitará o sentimento de que a missão está aumentando, uma vez que ela tem que ser inevitavelmente cumprida.

O ex-Secretário-Geral das ONU, Dag Hammerskold disse, "A manutenção da paz não é trabalho para soldados, mas somente eles podem fazê-lo."[59] O mesmo pode ser dito para a reconstrução nacional, especialmente durante as primeiras etapas de Fase IV antes que um ambiente salvo e seguro seja estabelecido e as agências civis capazes de estabelecer seus recursos. A aceitação da reconstrução nacional ou do aumento de assistência nacional como uma missão tem grandes implicações para o envolvimento militar nas operações de Fase IV, mas também alinharia as atitudes, a doutrina, a estrutura da força e o treinamento das Forças Singulares com a realidade existente no campo de batalha. Sem dúvida, a ação dos congressistas será necessitada para alterar cuidadosamente as limitações fiscais e legais de tais atividades militares.

O Exército está organizando um grupo de líderes com experiência no Haiti, no Afeganistão, nos Bálcãs e no Iraque. Eles entendem a importância das operações de Fase IV para cumprir os objetivos de política nacional. As forças terrestres quase sempre serão as responsáveis pela maioria das missões militares nestas situações. O Exército dos EUA foi organizado e treinado essencialmente para lutar e vencer as grandes guerras da Nação, mas também deve se preparar para a vitória na paz. ***MR***

Referências

1. CRANE, Ten Cel Conrad C. e TERRILL, W. Andrew, *Reconstructing Iraq: Insights, Challenges, and Missions for the Military Forces in Postconflict Scenarios* (Carlisle, Pensilvânia: Escola Superior de Guerra do Exército, Instituto de Estudos Estratégicos, 2003).

2. YEOSOCK, General John J., citado em "*What We Should Have Done Differently,*" *In the Wake of the Storm: Gulf War Commanders Discuss Desert Storm, Part II,* edição, WEINGARTNER, Steven (Wheaton, Illinois: Cantigny First Division Foundation, 2000), p. 25.

3. Ibíd., 29; MCDONNELL, Janet A., *After Desert Storm: The U.S. Army and the Reconstruction of Kuwait* (Washington, DC: Departamento do Exército dos EUA, 1999).

4. CRANE, *Avoiding Vietnam: The U.S. Army's Response to Defeat in Southeast Asia* (Carlisle, Pensilvana: Escola Superior de Guerra do Exército, Instituto de Estudos Estratégicos, 2002).

5. FISHEL Ten Cel, John T., *The Fog of Peace: Planning and Executing the Restoration of Panama* (Carlisle, Pensilvânia: Escola Superior de Guerra do Exército, Instituto de Estudos Estratégicos, abril de 1992), p. 7.

6. DONNELLY, Thomas; ROTH, Margaret; BAKER, Caleb, *Operation Just Cause: The Storming of Panama* (Nova York: Lexington Books, 1991).

7. Fishel, 29-63.

8. Escola Superior de Guerra do Exército, U.S. War Plans Special Text-2001 (Carlisle, PA: AWC SSI, novembro de 2000), pp. 233-306.

9. FISHEL e Major DOWNIE, Richard, "*Taking Responsibility for Our Actions? Establishing Order and Stability in Panama,*" Military Review (abril de 1992), pp. 66, 69-70, 70-75: General CAVEZZA, Carmen, "*Joint Task Force South in Operation Just Cause,*" entrevistado por Larry Yates, Robert Wright, e Joe Huddleston, Fort Lewis, Washington, 30 de abril de 1992, Disponível em: <www.army.mil/cmh-pg/documents/panama/jcit/JCIT97Z.htm>, acceso em: 21 de março de 2005.

10. Entrevista com Cavezza; Fishel, pp. 38, 58-59.

11. Entrevista com Cavezza. Cavezza expressou a dúvida, contudo, que ele podia treinado adequadamente sua unidade para as tarefas críticas da missão exigidas para guerra e para as complexidades das operações pós-conflito que ele enfrentou.

12. Fishel, 63.

13. Comandantes em Chefe, Comando Atlântico dos EUA (*USACOM).* CD-ROM, "*Operation Uphold Democracy: US Forces in Haiti,*" Norfolk, Virginia, 1997, a nível executivo *After-Action Report* (*AAR*), pp. 1-13.

14. *USACOM* CD-ROM, *Joint Universal Lessons Learned System* (*JULLS*) anotação 10451-37950 e 10754-92362, Norfolk, Virginia.

15. Cable News Network (*CNN*), "*Bremer: More troops were needed after Saddam's ouster,*" 5 outubro de 2004. Disponível em: <www.cnn.com/2004/WORLD/meast/10/05/bremer.rumsfeld/index.html>, acceso em 21 de março de 2005.

16. BENTLEY, David e OAKLEY, Robert, "*Peace Operations: A Comparison of Somalia and Haiti,*" Foro Estratégico da Universidadd Nacional de Defensa 30 de maio de 1995. Disponível em: <www.ndu.edu/inss/strforum/h6.html>, acceso em 21 de março de 2005; *USACOM* CDROM, *AAR,* 2-9.

17. Grupo de Planificação do Haiti, "*Draft Interagency Checklist for Restoration of Essential Services*," cortesia de Coronel Mike Fitzgerald, Comando Central dos EUA. *J5*; *U.S. Army Program Analysis and Evaluation Directorate, America's Army . . . into the 21st Century* (Washington, DC: Headquarters, Departamento do Exército, 1997), 5.

18. *USACOM* CD-ROM, Ten-Cel Karl Warner, entrevistado pelo Coronel Dennis Mroczkowski, Força-Tarefa Combinada (*JTF*)-190, a Operação *Uphold Democracy AAR*, 266-67; *USACOM* CD-ROM, Coronel Gerald Palmer, entrevistado por Major Christopher Clark, *JTF*-190 *AAR*, 269; *USACOM* CD-ROM, Cronologia, a Operação *Uphold Democracy*.

19. A expansão de missões da Operação *Uphold Democracy,* Operações de Apoio Logístico*,* briefing do *USACOM* CD-ROM; entrevista de Warner, 267; JULLS anotação 10829-67459.

20. *USACOM* CD-ROM, Memorando ao Comandante, Comando do Exército dos EUA de Operações de Assuntos Civis e da 358ª Brigada de Assuntos Civis e Psicológicas, SUBJETO: *AAR*, a Operação *Uphold/Maintain Democracy*, 26 de maio de 1995, 3.

21. JULLS anotação 11566-55234.

22. Código dos EUA, Título 10, "*The Armed Forces,*" disponível em: <www.access.gpo.gov/uscode/title10/title10.html>, acesso em 14 de abril de 2005.

23. JULLS anotações 00676-58398, 00969-70100, 01040-06216, 02656-20553, 10355-63106, 10447-74360, 10758-27517, 11558-362234, 11640-05029, 11640-61460, 50257-20594, 50258-39326, 92638-89373.

24. Escritório Geral de Contabilidade Governamental dos EUA (*GAO*)-01-24, *Foreign Assistance: Any Further Aid to Haitian Justice System Should be Linked to Performance-Related Conditions* (Washington, DC: *GAO*, outubro de 2000); "*Haiti is Nightmare for U.S.*," Charleston Post and Courier, 5 de outubro de 2000; "*Haiti's Disappearing Democracy,*" New York Times, 28 de novembro de 2000; BARBER, Ben, "*U.S. Officials See Failed Haiti Policy*," Washington Times, 29 de novembro de 2000; "*Annan Urges End to U.N. Mission in Haiti*," New York Times, 29 de novembro de 2000.

25. "*Army Has Begun Reviewing Options for Long-Term Balkan Presence*," Inside the Pentagon, 26 de outubro de 2000; MYERS, Steven Lee, "*Army Will Give National Guard The Entire U.S. Role In Bosnia*," New York Times, 5 de dezembro de 2000.

26. PIATT, Gregory, "*A Good Bit Of Progress . . . A Long Way To Go*," European Stars and Stripes, 17 de septembro de 2000, p. 2; "*UN-NATO Court Setup In Kosovo Faulted*," New York Times, 20 de outubro de 2000; MCNEIL, Donald G., Jr., New York Times, 22 de novembro de 2000; KELLY, Emily, "*Peacekeeping With An Iron Fist*," Stars and Stripes Omnimedia, 29 de novembro de 2000; General CAMPBELL, Donald, Memorando para Gravação, SUBJETO: *Trip Report for Reserve Component* (*RC*) *Judge Advocate General Legal Assessment Team for Kosovo deployed between 26 May and 5 June 2000, 9 June 2000* (cortesia de Tem-Cel Peter Menk); TROFIMOV, Yaroslav, "*UN's Long Stay and Power in Kosovo Stir Resentment*," Wall Street Journal, 3 de janeiro de 2003, p. 1.

27. QG, Exército dos EUA na Europa, "*After Action Report: Operation Joint Guard,*" novembro de 1998, pp. 3-2, 3-21 a 3-23.

28. Ibíd., 9-26.

29. Ibíd., 9-36; QG, Exército dos EUA na Europa, "*Operation Joint Endeavor: After Action Report*," maio de 1997, p. 235.

30. Operação *Joint Guard,* pp. 4-5, 5-18. Os problemas eram tão graves que o *AAR* pediu que a Reserva do Exército e a Guarda Nacional reorganizassem suas unidades e especializações para as missões de manutenção de paz.

31. Coronel KINGSTON, David A., *Towards a More Relevant Engineer Command* (Carlisle Barracks, Pensilvânia: Escola Superior de Guerra do Exército, 2000); a Operação *Joint Endeavor*, pp. 206, 210.

32. Operación *Joint Endeavor*, pp. 130-31.

33. O Centro de Lições Aprendidas do Exército dos EUA,"*Joint Military Commissions: Lessons Learned From Operation JOINT ENDEAVOR*," maio de 1996. A grande exigência para vínculos militares com uma variedade de agências envolvidas em tais conflitos foi um ponto-chave da discussão na *Postconflict Strategic Requirements Workshop the Center for Strategic Leadership* conduzida pela Escola Superior de Guerra do Exército, 28 a 30 de novembro de 2000.

34. A Operação *Joint Endeavor*, 78-94; Tem-Cel PATRICK, Melissa E., *Intelligence in Support Operations: The Story of Task Force Eagle and Operation Joint Endeavor* (Carlisle, Pensilvânia: Escola Superior de Guerra do Exército, 2000).

35. "*Outdated Equipment, Organizational Issues Hamper Effective PSYOPS*," Inside the Pentagon, 28 de setembro de 2000, p. 1.

36. Almirante SMITH, Leighton W., "*NATO's IFOR in Action: Lessons from the Bosnian Peace Support Operations*," Foro Estratégico da Universidade Nacional de Defesa 154, janeiro de 1999, disponível em: <www.ndu.edu/inss/strforum/h6.html>, acessado em 21 de março de 2005; SMITH, R. Jeffrey, "*Ethnic Hatred Permeates Bosnia's Bitter Peace*," Washington Post, 10 de novembro de 2000, 30; WATSON, Paul, "*Bosnian Vote Seen As A Setback*," Los Angeles Times, 14 de novembro de 2000, 9. Para um resumo da falta de progresso em longo prazo nos Bálcãs, veja MARTEN, Kimberly, *Enforcing the Peace: Learning from the Imperial Past* (New York: Columbia University Press, 2004).

37. As informações sobre as Filipinas foram desenvolvidas por Brian Linn, a Universidade de Texas A&M, que o autor de *The U.S. Army and Counterinsurgency in the Philippine War, 1899-1902* (Chapel Hill, Carolina do Norte: University of North Carolina Press, 1989) e *The Philippine War, 1899-1902* (Lawrence, Kansas: University Press of Kansas, 2000).

38. As discussões de Linn; *Jack C. Lane, Armed Progressive: General Leonard Wood* (San Rafael, Califórnia: Presidio Press, 1978), pp. 124-25.

39. COFFMAN, Edward M., *The War to End All Wars: The U.S. Military Experience in World War I* (Lexington, Kentucky: University Press of Kentucky, 1986), pp. 359-60.

40. ZIEMKE, Earl F., *The U.S. Army in the Occupation of Germany, 1944-1946* (Washington, DC: Center for Military History, 1975), p. 3.

41. Ibíd., 6-8.

42. Major MCCREEDY, Kenneth O., *Planning the Peace: Operation Eclipse and the Occupation of Germany* (Fort Leavenworth, Kansas: ECEME/EUA, Escola de Estudos Militares Avançados, 1995).

43. Ten Cel WALTERS, Wally Z., *The Doctrinal Challenge of Winning the Peace Against Rogue States: How Lessons From Post-World War II Germany May Inform Operations Against Saddam Hussein's Iraq* (Carlisle, Pensilvânia: Escola Superior de Guerra do Exército, 2002), p. 18.

44. CORUM, James, Escola de Estudos Avançados da Força Aérea, Base da Força Aérea *Maxwell*, Alabama, proporcionou as idéias neste parágrafo.

45. Ibíd.

46. GORDON, Michael R., "*Debate Lingering on Decision to Dissolve the Iraqi Military,*" New York Times, 21 de outubro de 2004.

47. DOWER, John W., *Embracing Defeat: Japan in the Wake of World War II* (Nova York: W.W. Norton, 1999), 73; WILLOUGHBY, Charles A., ed., *Reports of General MacArthur*, suplemento de volume 1, *MacArthur in Japan: The Occupation: Military Phase* (Washington, DC: Centro de História Militar, 1966), pp. 2, 16.

48. DOWER, "*Lessons From Japan About War's Aftermath,*" New York Times, 27 de outubro de 2002; WILLOUGHBY, 2. Embora o prazo completo de planejamento para a Operação *Blacklist* parece relativamente curto comparado à Operação Eclipse, MacArthur aproveitou do tempo disponível para devotar os recursos extensivos do estado-maior para produzir o plano.

49. Para uma descrição mais completa destas reformas, veja DOWER, *Embracing Defeat*, e WILLOUGHBY.

50. DOWER, "*Lessons*"; JOHNSON, Chalmers, "*Rebuilding Iraq: Japan is No Model*," Los Angeles Times, 17 de outubro de 2002; PINKERTON, James P., "*Iraq is No Stage for MacArthur-Japan Sequel*," Long Island Newsday, 15 de outubro de 2002; RUBIN, Trudy, "*Pre-Occupation Blues*," Philadelphia Inquirer, 16 de outubro de 2002.

51. DOWER, "*Lessons*."

52. METZ, Steven, *AWC SSI*, desenvolveu essa representação que no princípio apareceu *Conrad Crane, Landpower and Crises: Army Roles and Missions in Smaller-Scale Contingencias During the 1990s* (Carlisle, Pensilvânia: Escola Superior de Guerra do Exército, Instituto de Estudos Estratégicos, janeiro de 2001), p. 34.

53. O Centro de Análise do Exército, "*Stochastic Analysis of Resources for Deployments and Excursions: A Historical Perspective*," dezembro de 2000.

54. O Grupo de Estudos de Emprego de Componentes da Reserva, Estudo de Emprego de Componentes de 2005 (Washington, DC: Departamento de Defesa, 1999), p. 1, 12-13, Anexo E. Este grupo recomendava contra estas mudanças geralmente devido ao custo de desenvolver uma nova estrutura de força e devido ao proporcionamento ao Componente Ativo [*AC*] esta capacidade para levar a cabo umas operações independentes de *SSC* do Componente de Reserva removeriam "a verificação e equilíbrio político" que preveniam a arma executiva em cometir uma quantidade substancial de tropas à *SSC* sem debate no Congresso sobre a mobilização. A segunda razão parece como uma usurpação discutível da prerrogativa do Presidente e pode se resultar na limitação da utilidade do Exército e no aumento do tempo de reação. Também, a política contribua a carga nos contingentes das Reservas que foi mencionado neste estudo e não produzia muita discussão no Congresso sobre as quantidades grandes de tropas das Reserva do Exército e na Guarda Nacional que desdobradas nos Bálcãs. Assim, pode-se criticar sua eficácia assim como sua constitucionalidade.

55. Levou quase 1,5 anos para a polícia civil ONU e os *Carabinieri* italianos aliviarem as tropas norte-americanas de uns deveres da manutenção da lei em Kosovo. A Bósnia tem uma força nativa que funciona, mas seis integrantes da polícia das ONU, frustrados devido à corrupção, desitiram depois de esgorarem suas autoridades atuando somente para libertar mulheres forçadas à prostituição. PIATT, Gregory, "*KFOR Soldiers' Roles Changing In Kosovo*," European Stars and Stripes, 27 de novembro de 2000, p. 3; LYNCH, Colum, "*Six UN Officers In Bosnia Resign After Unauthorized Raid*," Washington Post, 30 de novembro de 2000, 20. Uma análise do Escritório de Contabilidade do Governo que examinava a falta de progresso em reformar a manutenção da lei e sistema judicial da Bósnia concluiu que "os oficiais superiores da Bósnia no têm mostrado a voluntade em aplicar aos problemas de delinqüências e corrupção e em realizar os esforços para criar uma sociedade baseada nas leis." Escritório de Contabilidade do Governo, *Bosnia Peace Operations: Crime and Corruption Threaten Successful Implementation of the Dayton Peace Agreement, GAO*/NSIAD-00-156, julho de 2000.

56. *GAO*, *Contingency Operations: Army Should Do More to Control Contract Cost in the Balkans, GAO*/NSIAD-00-225, setembro de 2000.

57. EISMAN, Dale, "*Top Defense Official Defends US Military's Role As Peacekeeper,*" Norfolk Virginian-Pilot, 15 de novembro de 2000.

58. KELLEY, Emily, "*GIs Reluctant To Leave Kosovo Town,*" Stars and Stripes Omnimedia, 28 de novembro de 2000.

59. Dag Hammerskold, citado em FM 100-23, *Peace Operations* (Washington, DC: Government Printing Office, dezembro de 1994), p. 1.

O Tenente-Coronel Conrad C. Crane é o diretor do Instituto de História Militar do Exército dos EUA, Carlisle Barracks, Pensilvânia. Possui o título de Bacharel pela Academia Militar dos EUA e os de Mestre e Doutor pela Universidade de Stanford. Possui ainda os Cursos de Comando e Estado-Maior do Exército dos EUA e o da Escola Superior de Guerra do Exército dos EUA, onde ocupa a Cadeira de Pesquisa Douglas MacArthur no Instituto de Estudos Estratégicos. Desempenhou várias funções de comando e estado-maior no território continental dos EUA.